

FONTE : O Liberal

CLASS. : 12

DATA : 23.02.86

PG. : \_\_\_\_\_

4468

Lucio Flavio Pinto

# O pior tipo de cegueira

**D**e 1980 a 1983 a produção de ouro experimentou um crescimento exponencial no Pará: de aproximadamente 50%, passou a representar 80% do valor da produção mineral do Estado, no ápice de Serra Pelada. Mas, em seguida, entrou em declínio: para 52% em 1984 e menos de 50% no ano passado, segundo os dados do DNPM. Ainda assim foram produzidas 13,5 toneladas de ouro, no valor de 861 bilhões de cruzeiros. Provavelmente não existe nenhuma outra atividade econômica específica gerando tanto

Para onde foi todo esse dinheiro? O retorno tributário, que vai diretamente para os cofres públicos, é irrelevante. Embora representando 48,5% do valor da produção mineral paraense no ano passado, o ouro contribuiu com apenas 17% para a receita do IUM (Imposto Único sobre Minerais). A cassiterita, com pouco mais de 7% do valor da produção, participou com 35% da arrecadação do IUM. O contraste explica-se pela diferença nas alíquotas usadas para o cálculo do imposto: no caso da cassiterita, ela é de 15%; para o ouro, é de apenas 1%. Este um por cento é tradicionalmente justificado com o argumento de que elevá-lo significaria fomentar o contrabando.

Ainda que este argumento esteja sujeito a críticas, de fato não será através da via tributária que o Estado obterá o melhor retorno da mineração (o que não invalida o esforço para obter alíquotas compatíveis com a qualidade dos bens naturais extraídos). Em valores reais, a receita tributária do Pará foi, em 1985, inferior à obtida em 1980. Obrigada a especializar-se na exportação, no final da década será o Estado minerador

mais importante do país, mas ainda assim estará abaixo do quarto lugar entre os que mais arrecadam IUM. Não pode eximir-se de liderar uma ofensiva pela elevação de alíquotas e alteração na base de cálculo.

**P**ara uma produção mineral no valor de 1,7 trilhão de cruzeiros, o Pará arrecadou de IUM, no ano passado CR\$ 52 bilhões, o que equivale a um retorno de 3%. Essa receita propiciou empregos, aplicações de capital e diversos tipos de demandas de valor econômico, mas também acarretou muitos problemas, que o Estado não se preocupa em quantificar ou ao menos avaliar. Muitos deles, importantes, estão associados à penetração de empresas de mineração, inclusive — e sobretudo — multinacionais. São os problemas de longo prazo e de maior amplitude, para cujo tratamento se requer a participação da União.

Há também os problemas imediatos, ocasionados sobretudo por essa "corrida" desenfreada ao ouro, que atrai para o Estado legiões de necessitados, deserdados, aventureiros e oportunistas. A dramática situação social do Brasil produz e a necessidade de atendê-la obriga o poder público a criar mecanismos de absorção, mas é claramente insatisfatório o resultado concreto desse atendimento porque o governo trata o problema com o imediatismo e o superficialismo de um pronto-socorro emergencial. Essa "terapêutica", além de servir de biombo às mais inescrupulosas manobras, dos que obtêm dinheiro na atividade ou dos que nela buscam dividendos políticos, exime o governo de enfrentar abertamente os grandes desafios que se impõem na Amazônia. Sem resolvê-los, a região con-

tinuará a ser vítima de uma simples rapinagem, seja ela praticada por rudes garimpeiros ou sofisticadas empresas.

**O** caso do Xingu exemplifica na prática essas considerações. De um lado do espectro há realmente a questão de um garimpo que antecedeu a presença de uma empresa, mas que estava auto-limitado pelas características do ouro, muito fino para ser recuperado nas bateias manuais, e a conjuntura de então, marcada pelos conflitos com os índios. Este é o garimpo, já residual que tem legitimidade, porque pioneiro. Mas não é dele que estão tratando. E, numericamente pequeno e financeiramente insignificante. Passa ao largo.

Do outro lado há uma empresa. Não é uma multinacional e não tem sua sede no Sul. Foi formada aqui mesmo, congregou uma família inteira, está há pelo menos 13 anos na área, desenvolve atividade pioneira na primeira planta industrial de ouro e está criando tecnologia. Contra ela os garimpeiros e alguns comerciantes de Altamira fazem acusações, inclusive referentes à comercialização do ouro, sem apresentar prova alguma. Mas as denúncias devem ser apuradas pelo governo com rigor, rigor que deveria ser uma rotina nas relações com as empresas de mineração para eliminar a imagem de acumpliciamento disseminada na região. A fiscalização e o acompanhamento deveriam servir também para abonar uma experiência que pode ter muito valor para o Estado, tratando-se da única empresa local que ainda sobrevive num setor onde somos apenas desatentos e insensíveis espectadores do saque feito às nossas vistas, sem que a queiramos ver.